

Prémios e selos dos serviços de águas e resíduos

Dados de 2019

Versão 1.0 (2019.02.08)

1. Enquadramento

Os serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos em Portugal têm evoluído muito positivamente nas últimas décadas. Este incremento de desempenho traduziu-se no aumento substancial da qualidade da água para consumo humano, maior eficácia e eficiência do setor, aumento da cobertura e do acesso por parte da população aos serviços e na redução da poluição que as atividades humanas geram no ambiente.

Conscientes desta trajetória, é igualmente necessário manter o foco no grande esforço que há a fazer para se atingir uma situação mais compatível com as solicitações da sociedade, que naturalmente perspetiva serviços públicos de excelência. Assim, devemos almejar patamares de exigência elevados, não nos limitando à análise dos aspetos básicos, mas sim procurando uma ampla avaliação dos serviços.

Neste contexto, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) decidiu promover uma iniciativa de distinção das entidades gestoras destes serviços, intitulada "Prémios e selos dos serviços de águas e resíduos". Para esse efeito, estabeleceu uma parceria para organização e comunicação com o Jornal Água & Ambiente e convidou entidades representativas do setor a participar enquanto elementos do Júri – a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), a Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), a ESGRA - Associação para a Gestão de Resíduos, a APEMETA - Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais e a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

Esta iniciativa pretende contribuir para a melhoria do setor através da criação e da atribuição anual dos selos de qualidade e prémios de excelência dos serviços de águas e resíduos, que são objeto do presente regulamento.

Pretende-se identificar, distinguir e divulgar casos portugueses de referência relativos à prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, avaliados nos termos dos vários ciclos de regulação da ERSAR e cuja informação se encontra disponível em www.ersar.pt.

É atribuição da ERSAR a divulgação de informação sobre casos concretos de entidades gestoras que constituam referência para o setor e a sensibilização das entidades gestoras e dos autarcas em geral para as questões da qualidade na conceção, execução, gestão e exploração dos sistemas multimunicipais e municipais.

2. Selos de qualidade do serviço

Os selos de qualidade visam distinguir as entidades que demonstraram cumprir os requisitos definidos pelo regulador na prestação de um serviço de qualidade aos utilizadores.

Podem ser atribuídos anualmente oito tipos de selos, dois por cada serviço regulado, aos quais acrescem dois para aspetos particulares na prestação dos serviços:

- "Selos de qualidade do serviço de abastecimento público de água entre entidades";
- "Selos de qualidade do serviço de abastecimento público de água ao consumidor";
- "Selos de qualidade do serviço de saneamento de águas residuais urbanas entre entidades";
- "Selos de qualidade do serviço de saneamento de águas residuais urbanas ao consumidor";
- "Selos de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos entre entidades";
- "Selos de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos ao consumidor";
- "Selos de qualidade exemplar de água para consumo humano";
- "Selos de qualidade para o uso eficiente da água".

2.1. Requisitos para avaliação quantitativa

Os quadros seguintes disponibilizam os vários requisitos que as entidades gestoras necessitam cumprir para que sejam sujeitas à análise pelo Júri com vista à atribuição dos selos de qualidade do serviço.

Uma entidade gestora pode receber o mesmo selo em anos consecutivos desde que cumpra os requisitos a seguir expostos no último ano de avaliação regulatória.

O júri reserva-se o direito de alterar em cada ano até 31 de março os requisitos a seguir expostos, caso entenda haver razões ponderosas para o efeito, devendo registar em ata a respetiva justificação.

Quadro 1. Requisitos necessários para a atribuição dos "Selos de qualidade do serviço de abastecimento público de água" (entre entidades e ao consumidor)

N.º do requisito	Requisito
1	Submissão atempada dos dados: entidades com atrasos serão excluídas.
2	100 % de avaliação dos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis.
3	≥ 70,0 % de avaliação boa ou mediana na totalidade dos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis.
4	<p>As EG têm que apresentar avaliação boa nos seguintes indicadores de qualidade do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AA04: Água segura; • AA14: Encaminhamento adequado de lamas do tratamento. <p>As EG têm ainda que apresentar avaliação boa ou mediana nos seguintes indicadores de qualidade do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AA03: Ocorrência de falhas no abastecimento; • AA06: Cobertura dos gastos; • AA08: Água não faturada.
5	As EG têm que cumprir com o mínimo de 132 pontos (nas classes A a F) no PAA31: Índice de conhecimento infraestrutural. Devem ainda garantir que o registo da informação se encontra em suporte informático.
6	<p>As EG têm que garantir as seguintes condições de fiabilidade nos indicadores de qualidade do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fiabilidade*** em pelo menos 75,0 % dos indicadores; • Fiabilidade de pelo menos ** no indicador AA06: Cobertura dos gastos.

Quadro 2. Requisitos necessários para a atribuição dos "Selos de qualidade do serviço de saneamento de águas residuais urbanas" (entre entidades e ao consumidor)

N.º do requisito	Requisito
1	Submissão atempada dos dados: entidades com atrasos serão excluídas.
2	100 % de avaliação dos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis.
3	≥ 70,0 % de avaliação boa ou mediana na totalidade dos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis.
4	<p>As EG têm que apresentar avaliação boa nos seguintes indicadores de qualidade do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AR11: Acessibilidade física ao tratamento; • AR14: Encaminhamento adequado de lamas do tratamento. <p>As EG têm ainda que apresentar avaliação boa ou mediana nos seguintes indicadores de qualidade do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • AR05: Cobertura dos gastos; • AR13: Cumprimento da licença de descarga.
5	As EG têm que cumprir com o mínimo de 132 pontos (nas classes A a F) no PAR40: Índice de conhecimento infraestrutural. Devem ainda garantir que o registo da informação se encontra em suporte informático.
6	<p>As EG têm que garantir as seguintes condições de fiabilidade nos indicadores de qualidade do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fiabilidade*** em pelo menos 75,0 % dos indicadores; • Fiabilidade de pelo menos ** no indicador AR05: Cobertura dos gastos.

Quadro 3. Requisitos necessários para a atribuição dos "Selos de qualidade do serviço de gestão de resíduos urbanos" (entre entidades e ao consumidor)

N.º do requisito	Requisito
1	Submissão atempada dos dados: entidades com atrasos serão excluídas.
2	100 % de avaliação dos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis.
3	≥ 70,0 % de avaliação boa ou mediana na totalidade dos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis.
4	As EG têm que apresentar avaliação boa nos seguintes indicadores de qualidade do serviço: <ul style="list-style-type: none"> • RU01b: Acessibilidade física do serviço¹; • RU07a: Reciclagem de resíduos de recolha seletiva². As EG têm ainda que apresentar avaliação boa ou mediana no indicador RU06: Cobertura dos gastos.
5	As EG têm que cumprir com o mínimo de 50 pontos no PRU32: Índice de conhecimento dos ativos físicos.
6	As EG têm que garantir as seguintes condições de fiabilidade nos indicadores de qualidade do serviço: <ul style="list-style-type: none"> • Fiabilidade*** em pelo menos 75,0 % dos indicadores; • Fiabilidade de pelo menos ** no indicador RU06: Cobertura dos gastos.

Quadro 4. Requisitos necessários para a atribuição dos "Selos de qualidade exemplar de água para consumo humano" (serviço ao consumidor)

N.º do requisito	Requisito
1	Cumprimento do prazo legal de submissão do PCQA no ano n-1 e do IDQA no ano n+1): entidades com atrasos serão excluídas.
2	100 % de cumprimento do número de análises agendadas no programa de controlo da qualidade da água (PCQA) aprovado pela ERSAR: entidades com análises em falta serão excluídas.
3	≥ 99,0 % de cumprimento dos valores paramétricos: entidades com incumprimentos a parâmetros obrigatórios serão excluídas, exceto se estes incumprimentos forem devidos à rede predial.
4	≥ 99,0 % de cumprimento dos valores paramétricos de controlo de rotina 1 (bactérias coliformes e <i>Escherichia coli</i>), ou, em alternativa, o número total de incumprimentos de CR1 ser inferior a 2.
5	≥ 99,0 % de cumprimento dos valores paramétricos de cheiro e de sabor, ou, em alternativa, o número total de incumprimentos de cheiro e de sabor ser inferior a 2.

¹ Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em baixa.

² Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em alta.

Quadro 5. Requisitos necessários para a atribuição dos "Selos de qualidade para o uso eficiente da água"

N.º do requisito	Requisito
1	100 % de avaliação nos indicadores de qualidade do serviço aplicáveis aos serviços de águas.
2	Tendência de evolução positiva nos últimos cinco anos nos indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • $\frac{dAA44: \text{Consumo autorizado}}{dAA41: \text{Água entrada no sistema}}$ (quanto maior for o rácio, melhor será a prestação da EG); • Consumo <i>per capita</i> doméstico³ $\frac{dAA51b - \text{Água faturada doméstica (m}^3/\text{ano)}}{dAA11b - \text{Alojamentos com serviço efetivo (n.º)} \times \text{rácio de habitantes por alojamento familiar clássico (n.º)}}{4}$ (quanto menor for o valor, melhor será a prestação da EG).
3	Avaliação boa ou mediana nos últimos três anos nos indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • AA08: Água não faturada; • AA10: Ocorrência de avarias em condutas; • AA12: Perdas reais de água. Os indicadores não poderão registar evolução negativa no último ano.
4	As EG têm que cumprir com o mínimo de 132 pontos (nas classes A a F) no PAA31: Índice de conhecimento infraestrutural. Devem ainda garantir que o registo da informação se encontra em suporte informático.
5	Volume de água residual tratada utilizada para uso próprio superior a 0 para as EG que prestam o serviço de saneamento de águas residuais urbanas e que exploram ETAR ⁵ .
6	As EG têm que apresentar fiabilidade de pelo menos ** nos seguintes indicadores: <ul style="list-style-type: none"> • AA08: Água não faturada; • AA10: Ocorrência de avarias em condutas; • AA12: Perdas reais de água.

³ Este indicador é apenas aplicável às entidades gestoras em baixa. Detalhe da informação reportada para o dado dAA51b.

⁴ O rácio é o dos Censos 2011 (últimos valores estatísticos disponíveis).

⁵ Não aplicável a EG que não exploram ETAR.

2.2. Requisitos para avaliação qualitativa

Após a seleção das entidades que cumprem com os requisitos supracitados, o Júri fará uma avaliação qualitativa, analisando aspetos relacionados com:

- Governança – mecanismos, processos e relações que compõem o modo como as EG são administradas;
- Cumprimento das obrigações legais – forma como as EG cumprem com os seus deveres legais;
- Conduta perante o regulador – comportamento das EG nas várias vertentes de regulação levadas a cabo pela ERSAR;
- Ocorrências significativas – ocorrências específicas com impacto no serviço prestado.

Deste modo, o Júri avalia, entre outras, matérias que pontualmente poderão resultar na exclusão da entidade, como:

- Inexistência de regulamento de serviço aprovado;
- Tratamento inadequado das reclamações apresentadas pelos utilizadores e consideradas com fundamento;
- Aplicação de coima e/ou admoestação pela ERSAR, em processos de contraordenação concluídos no ano em análise e até ao momento de atribuição do selo;
- Litígios existentes entre entidades gestoras;
- Colaboração insatisfatória das entidades gestoras nas auditorias de qualidade do serviço e nas ações de fiscalização/inspeção;
- Incorreta definição do âmbito de intervenção das entidades gestoras;
- Incumprimento das obrigações à ERSAR quanto às taxas de regulação e de controlo da qualidade da água (TCQA).

3. Prémios de excelência do serviço

Os prémios de excelência visam distinguir de entre as entidades selecionadas para atribuição de selo da qualidade do serviço, em cada categoria, a entidade com melhor desempenho, de acordo com os critérios definidos.

Uma entidade gestora premiada só pode receber o mesmo prémio nos 3 anos seguintes à distinção no caso em que demonstre uma melhoria significativa da qualidade.

Podem ser atribuídos anualmente sete prêmios, dois por cada serviço regulado e um para a evolução mais favorável registrada no âmbito dos três serviços:

- "Prêmio de excelência do serviço de abastecimento público de água entre entidades";
- "Prêmio de excelência do serviço de abastecimento público de água ao consumidor";
- "Prêmio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas entre entidades";
- "Prêmio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas ao consumidor";
- "Prêmio de excelência do serviço de gestão de resíduos urbanos entre entidades";
- "Prêmio de excelência do serviço de gestão de resíduos urbanos ao consumidor";
- "Prêmio para a entidade gestora com a evolução mais favorável nos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos".

Os quadros seguintes disponibilizam, por categoria, os critérios e fórmulas de cálculo utilizadas para seleção das entidades aptas a serem analisadas pelo Júri. Com a aplicação destas fórmulas, cada EG terá uma pontuação por categoria premiada. Em cada categoria serão selecionadas, de acordo com critérios quantitativos, as três melhores entidades em alta e as dez melhores entidades em baixa para uma análise qualitativa feita pelos elementos do Júri. No caso do prêmio para a EG com a evolução mais favorável, serão selecionadas as dez entidades que registaram o melhor desempenho.

Quadro 6. Critérios para atribuição do "Prémio de excelência do serviço de abastecimento público de água" (entre entidades e ao consumidor)

N.º do critério	Critério	Ponderação
1	AA01: Acessibilidade física do serviço	2
2	AA02: Acessibilidade económica do serviço	2
3	AA03: Ocorrência de falhas no abastecimento	2
4	AA04: Água segura	2
5	AA05: Resposta a reclamações e sugestões	1
6	AA06: Cobertura dos gastos	2
7	AA07: Adesão ao serviço	1
8	AA08: Água não faturada	2
9	AA09: Reabilitação de condutas	2
10	AA10: Ocorrência de avarias em condutas	2
11	AA11: Adequação dos recursos humanos	2
12	AA12: Perdas reais de água	2
13	AA13: Eficiência energética de instalações elevatórias	1
14	AA14: Encaminhamento adequado de lamas do tratamento	2
15 ⁶	<u>dAA69: N.º de reclamações e sugestões</u> <u>dAA11: Alojamentos com serviço efetivo</u>	2
16 ⁷	Gastos unitários de exploração	2
17	Fiabilidade *	1
18	Fiabilidade **	5
19	Fiabilidade ***	10
20	Índice de conhecimento infraestrutural	$\frac{\text{Índice } CI_{EG}}{200}$
21	Índice de gestão patrimonial	$\frac{\text{Índice } GP_{EG}}{200}$
22	Índice de medição de caudal	$\frac{\text{Índice } MC_{EG}}{200}$
23	Não atribuição de selo de qualidade	Exclusão

⁶ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

⁷ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

Quadro 7. Critérios para atribuição do "Prémio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas" (entre entidades e ao consumidor)

N.º do critério	Critério	Ponderação
1	AR01: Acessibilidade física do serviço através de redes fixas	2
2	AR02: Acessibilidade económica do serviço	2
3	AR03: Ocorrência de inundações	2
4	AR04: Resposta a reclamações e sugestões	1
5	AR05: Cobertura dos gastos	2
6	AR06: Adesão ao serviço	2
7	AR07: Reabilitação de coletores	2
8	AR08: Ocorrência de colapsos estruturais em coletores	2
9	AR09: Adequação dos recursos humanos	2
10	AR10: Eficiência energética de instalações elevatórias	1
11	AR11: Acessibilidade física ao tratamento	2
12	AR12: Controlo de descargas de emergência	2
13	AR13: Cumprimento da licença de descarga	2
14	AR14: Encaminhamento adequado de lamas do tratamento	2
15 ⁸	dAR67: N.º de reclamações e sugestões dAR12: Alojamentos com serviço efetivo	2
16 ⁹	Gastos unitários de exploração	2
17	Fiabilidade *	1
18	Fiabilidade **	5
19	Fiabilidade ***	10
20	Índice de conhecimento infraestrutural	$\frac{\text{Índice } CI_{EG}}{200}$
21	Índice de gestão patrimonial	$\frac{\text{Índice } GP_{EG}}{200}$
22	Índice de medição de caudal	$\frac{\text{Índice } MC_{EG}}{200}$
23	Não atribuição de selo de qualidade	Exclusão

⁸ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

⁹ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

Quadro 8. Critérios para atribuição do "Prémio de excelência do serviço de gestão de resíduos urbanos" (entre entidades e ao consumidor)

N.º do critério	Critério	Ponderação
1	RU01: Acessibilidade física do serviço	2
2	RU02: Acessibilidade do serviço de recolha seletiva	2
3	RU03: Acessibilidade económica do serviço	2
4	RU04: Lavagem de contentores	2
5	RU05: Resposta a reclamações e sugestões	1
6	RU06: Cobertura dos gastos	2
7	RU07: Reciclagem de resíduos de recolha seletiva	2
8	RU08: Reciclagem de resíduos de recolha indiferenciada ¹⁰	2
9	RU09: Valorização de resíduos por TMB ¹¹	2
10	RU10: Capacidade de encaixe de aterro disponível ¹²	2
11	RU11: Renovação do parque de viaturas	2
12	RU12: Rentabilização do parque de viaturas ¹³	2
13	RU13: Adequação dos recursos humanos	2
14	RU14: Utilização de recursos energéticos	2
15	RU15: Qualidade dos lixiviados após tratamento	1
16	RU16: Emissão de gases com efeito de estufa	1
17 ¹⁴	<u>dRU75: N.º de reclamações e sugestões</u> dRU17: Alojamentos existentes	2
18 ¹⁵	<u>dRU75: N.º de reclamações e sugestões</u> ¹⁶ dRU15: Alojamentos com serviço de recolha indiferenciada de resíduos	2
19 ¹⁷	Gastos unitários de exploração	2
20	Fiabilidade *	1
21	Fiabilidade **	5
22	Fiabilidade ***	10
23	Índice de conhecimento dos ativos físicos	<u>Índice CAF_{EG}</u> 100
24	Não atribuição de selo de qualidade	Exclusão

¹⁰ Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em alta.

¹¹ Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em alta.

¹² Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em alta.

¹³ Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em baixa.

¹⁴ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

¹⁵ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

¹⁶ Requisito apenas aplicável às entidades gestoras em baixa.

¹⁷ A aplicação deste critério mantém-se em suspenso até ser definida uma metodologia de avaliação semelhante às dos restantes critérios que seja estável ao longo do tempo e aplicável a todas as entidades gestoras.

Quadro 9. Critérios para atribuição do "Prémio para a entidade gestora com a evolução mais favorável nos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos"

N.º do critério	Critério
1	Selecionar a entidade gestora que registou a maior diferença positiva, em relação aos anos n-1 e n-2, nos critérios para atribuição dos prémios aplicáveis aos serviços de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos, tipologia do serviço alta e baixa.
2	As entidades que no ano n não responderam a um dos critérios para atribuição dos prémios dos serviços de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos, tipologia alta e baixa, são automaticamente excluídas.
3	Os critérios para atribuição dos prémios dos serviços de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos, tipologia alta e baixa, não respondidos nos anos n-1 e n-2 são excluídos da fórmula para atribuição do prémio à EG com a evolução mais favorável (ver fórmula 3 do Quadro 10).

Quadro 10. Fórmulas de cálculo para determinar o grupo de EG que serão avaliadas qualitativamente pelo Júri

N.º da fórmula	Tipo de prémio	Fórmula de cálculo
1	"Prémio de excelência do serviço de abastecimento público de água" (entre entidades e ao consumidor)	$\frac{\sum(\textit{Critério de desempenho} \times \textit{Ponderação} \times \textit{Fiabilidade}) \times \textit{Índice CI}_{EG} \times \textit{Índice GP}_{EG} \times \textit{Índice MC}_{EG}}{\sum(N.º \textit{ de critérios de desempenho aplicáveis} \times \textit{Ponderação})}$
	"Prémio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas" (entre entidades e ao consumidor)	
2	"Prémio de excelência do serviço de gestão de resíduos urbanos" (entre entidades e ao consumidor)	$\frac{\sum(\textit{Critério de desempenho} \times \textit{Ponderação} \times \textit{Fiabilidade}) \times \textit{Índice CAF}_{EG}}{\sum(N.º \textit{ de critérios de desempenho aplicáveis} \times \textit{Ponderação})}$
3	"Prémio para a entidade gestora com a evolução mais favorável nos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos"	$\max_{EG} AA; AR; RU \left\{ \left[\frac{\textit{Avaliação} (n)}{\textit{Avaliação} (n - 1)} \right] + \left[\frac{\textit{Avaliação} (n - 1)}{\textit{Avaliação} (n - 2)} \right] \right\}$

4. Entidades elegíveis

São automaticamente elegíveis para a atribuição dos selos de qualidade exemplar de água para consumo humano todas as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água em baixa, com habilitação legal para a prestação do serviço ao consumidor, que estejam sujeitas à intervenção da ERSAR enquanto autoridade para a qualidade da água para consumo humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

São automaticamente elegíveis para a atribuição dos restantes selos e prémios todas as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos que tenham sido objeto de avaliação da qualidade do serviço e regulação económica, no âmbito da intervenção regulatória ao abrigo do Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

5. Júri

A seleção das entidades distinguidas para cada tipo de selo e prémio será realizada por um Júri constituído por:

- Representante da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que preside;
- Representante da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA);
- Representante da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB);
- Representante da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH);
- Representante da ESGRA - Associação para a Gestão de Resíduos;
- Representante da APEMETA - Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais;
- Representante da DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;
- Representante do Jornal Água & Ambiente (A&A).

Cada entidade indica um representante efetivo e um representante suplente.

Para assegurar quórum, o Júri necessita de ter mais de metade dos seus elementos presentes.

O Júri será assessorado por um Secretariado e uma Comissão Técnica interna da ERSAR, para recolha, processamento e fornecimento de informação e prestação dos esclarecimentos necessários.

6. Processo de seleção

Para cada selo e prémio são selecionadas quantitativamente, a partir de indicadores e dados provenientes dos vários ciclos de regulação, as entidades que serão objeto de análise por parte do Júri.

Com base nesta informação e nos aspetos relacionados com a governança, cumprimento das obrigações legais, conduta perante o regulador e ocorrências significativas com impacto na prestação do serviço, o Júri procederá a uma análise qualitativa selecionando as entidades a distinguir.

Não sendo possível a tomada de decisão por unanimidade, recorrer-se-á a votação por maioria simples, tendo cada elemento do Júri direito a um voto e o elemento da ERSAR direito a voto de qualidade no caso de empate.

O Júri reserva-se o direito de não atribuir qualquer dos selos ou prémios previstos.

Não há recurso da decisão do Júri e as atas das suas reuniões não são divulgadas.

7. Calendarização

Os representantes das entidades constituintes do Júri são designados por estas até 30 de junho de 2018, não podendo pertencer a entidades gestoras elegíveis.

O Júri reúne-se por iniciativa do seu presidente uma primeira vez, desejavelmente até 3 de julho, para aprovação do presente regulamento e do regulamento que servirá de base para a atribuição dos selos e prémios do próximo ano. Posteriormente, o Júri reunir-se-á por iniciativa do seu presidente as vezes que entender necessárias para definição da lista de entidades distinguidas.

O Júri comunica a sua decisão relativamente às entidades nomeadas para os prémios e às entidades a quem forem atribuídos os selos. Os vencedores dos prémios só serão divulgados publicamente na cerimónia da sua entrega.

8. Atribuição dos selos e prémios

A atribuição dos selos e prémios será feita no âmbito de um evento público.

Às entidades gestoras a quem for atribuído um selo de qualidade será entregue um certificado e o direito de usar a imagem do selo no âmbito da sua imagem institucional, nomeadamente no



sítio da Internet, comunicações e publicidade, entre outras aplicações. A aplicação dos selos deve respeitar fidedignamente as normas disponibilizadas em www.ersar.pt.

Às entidades gestoras a quem for atribuído um prémio de excelência serão entregues um certificado e um prémio físico alusivo à distinção, de valor simbólico.